

ANFIP e Fenafisco reúnem-se com presidentiáveis



Dando implementação ao projeto da ANFIP e da Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) de promover reuniões com os pré-candidatos à Presidência da República nas próximas eleições, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, juntamente com conselheiros da Entidade e representantes da Fenafisco, esteve com o senador Álvaro Dias (Podemos/PR), em 28/11, e com Ciro Gomes (PDT), em 7/11.

Floriano Sá Neto saudou e agradeceu a disponibilidade dos pré-candidatos em participar do bate-papo com os dirigentes da Associação. Informou que a Entidade tem buscado diversas personalidades políticas para alertar sobre a necessidade de uma estrutura de tributação que estimule o desenvolvimento econômico e social do país.

Nas duas oportunidades, o presidente falou ainda sobre o Grupo de Trabalho formado pela ANFIP e Fenafisco, em conjunto com especialistas e acadêmicos de diversas instituições, a fim de produzir estudos e uma proposta de reforma Tributária que vise um novo modelo do sistema com justiça fiscal, para que se alcance a redistribuição de receitas e a progressividade tributária. O trabalho é coordenado pelo professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) Eduardo Fagnani e, assim que concluído, será encaminhado aos pré-candidatos.

Foram discutidas ainda estratégias para que o próximo governo seja melhor para o funcionalismo público assim como para a sociedade. Floriano Sá Neto apresentou algumas mudanças que são fundamentais

para o bom funcionamento do país. “A Emenda 95 não pode continuar em vigor, ou então acontecerá a paralisação do Estado”, alertou.

Ciro Gomes, que já se apresenta como candidato para à disputa da Presidência da República, parabenizou a iniciativa das entidades e afirmou que defende a progressividade tributária como um dos caminhos para a retomada do desenvolvimento nacional. Segundo ele, serão muitos os obstáculos para sua implementação, já que contraria os interesses corporativos e do capital financeiro.

AANFIP pretende dar continuidade à iniciativa de debate com todos os presidentiáveis das próximas eleições, a fim de apresentar as preocupações das entidades com a Reforma Tributária que se pretende fazer.

**PEC 287/16: Novo texto
prejudica servidores**
Página 2

**Criada frente parlamentar
contra jogos de azar**
Página 4

**Estados sediam seminário
sobre Funpresp**
Página 5

Novo texto endurece regras para servidores

A equipe econômica do governo apresentou em 22/11 um novo texto para a reforma da Previdência e, como anunciado, os servidores públicos, que passaram a ser atacados nas propagandas oficiais, são os mais atingidos.

Idade mínima - A idade mínima dos servidores públicos para requerer a aposentadoria subirá dos atuais 60 anos (homem) e 55 anos (mulher) para 65 anos e 62 anos, gradativamente, a partir de 2020. No caso dos professores, a idade mínima atual subirá dos atuais 55 anos (homem) e 50 anos (mulher), até atingir 60 anos para todos, ao fim do período de transição. Policiais terão que cumprir uma idade mínima de 55 anos para requerer aposentadoria.

No setor privado, a idade mínima

para requerer o benefício começará aos 55 anos (homem) e 53 anos (mulher), em 2018, até atingir os 65 e 62 anos, ao fim da transição.

Tempo de contribuição - O tempo mínimo de contribuição dos servidores será de 25 anos. No setor privado, quem se aposentar por idade continuará tendo que contribuir por 15 anos. A aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição (de 35 anos, homem, e 30, mulher) acabará. Esses trabalhadores terão que atingir idade mínima para requerer o benefício.

Benefício - Quem entrou no serviço público antes de 2003 terá que atingir a idade mínima (65 anos e 62 anos) para fazer jus à integralidade e à paridade. Caso contrário, terá o valor definido com base

na média dos salários. Com 25 anos de recolhimento, o valor inicial do benefício será de 70%, mais o adicional por ano a mais de contribuição. Já quem contribuir por 15 anos para o Regime Geral terá um benefício inicial de 60% (sobre a média dos salários), mas um adicional por cada ano a mais de contribuição.

O tempo de contribuição para se ter direito ao teto da Previdência, atualmente limitado em R\$ 5.531,31, passará a ser de 40 anos de contribuição.

Pensão - O valor da pensão passará a ser de 50%, mais 10% por dependente, incluindo a viúva ou o viúvo. Também haverá um teto de até dois salários mínimos nacionais (R\$ 1.874) para acúmulo de dois benefícios (pensão e aposentadoria).

Ação contra propaganda oficial

Diante dos seguidos ataques, a ANFIP e a Fenafisco ajuizaram ação contra a propaganda do governo veiculada em rede nacional de tv e rádio. O processo tramita sob o número 1016921-41.2017.4.01.3400. O objetivo é impedir que os servidores públicos sejam usados indevidamente na publicidade oficial.

Também integram a ação, Aneinfra, Aspal, Conacate, CSPB, Fenafim, Fonacate, Mosap, Pública Central do Servidor, Sinafresp, Sinaif, Sindaf, Sindireceita, Unacon e Unafisco Associação.

As entidades contestam o discurso do governo para justificar a reforma da Previdência, que faz uso político das regras do serviço público como mote para a aprovação da reforma. Os servidores públicos ao longo dos últimos anos já foram submetidos a ajustes do sistema de aposentadorias

e pensões por meio de emendas constitucionais e leis. Veja os detalhes:

EC 20/1998 – Instituiu o limite de 60 anos de idade e de 35 anos de contribuição, para homens, e de 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, para mulheres. A emenda instituiu também o limite de idade de 65 anos, homens, e 60 anos, mulheres, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

EC 41/2003 – Extinguiu a paridade e integralidade, manteve o tempo de contribuição e idade da EC 20/98 e trouxe a possibilidade de previdência complementar para os servidores com limite de benefício igual ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A emenda limitou ainda o valor da pensão ao teto do RGPS, acrescido de 70% sobre o que exceder.

EC 47/2005 – A emenda determinou que os servidores que tomaram posse antes da EC

20/1998, para ter direito à paridade e à integralidade, devem cumprir os seguintes requisitos: 35 anos de contribuição para homens e 30 anos de contribuição para mulheres; 25 anos de efetivo exercício, 15 anos na carreira e 5 anos no cargo.

Lei 13.135/2015 – Estabeleceu novas condições, mais prejudiciais aos servidores, para o exercício do direito à pensão.

Lei 12.618/2012 – Criou a Funpresp (Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos) a partir da qual todos os servidores públicos empossados a partir da aprovação do plano de benefícios (MPS Previc/Ditec nº44/2013) passaram a ter direito à aposentadoria somente até o teto do RGPS. A partir desse valor, o servidor somente receberá complemento de aposentadoria se optar pela previdência complementar.

Expediente Linha Direta			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Linha Direta é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p>		<p>DIRETORA RESPONSÁVEL Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima e Ludmila Machado</p> <p>ESTAGIÁRIOS Gabriela Diniz Matheus Carvalho</p>	<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Cesar Roxo Machado Florianio Martins de Sá Neto Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (coordenadora) Luiz Cláudio de Araújo Martins Marluce do Socorro da Silva Soares Sandra Tereza Paiva Miranda</p> <p>Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil www.anfip.org.br Inovação e Luta!</p>
<p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicao@anfip.org.br</p>		<p> www.facebook.com/anfipnacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>
		<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>	

MP 805/17

ANFIP e Fonacate preparam ações



O presidente Floriano Sá Neto e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, participaram em 21/11 de assembleia geral extraordinária com as entidades que integram o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado).

Na oportunidade, os dirigentes discutiram estratégias contra a aprovação da Medida Provisória (MP) 805/17, que suspende a recomposição salarial de diversas categorias do serviço público federal e aumenta a alíquota de 11% para 14% da contribuição previdenciária.

Quatro pontos foram definidos para nortear as próximas ações: 1) ação jurídica: será encaminhada por um escritório particular, com o auxílio dos setores de cada entidade; 2)

trabalho parlamentar: a ser realizado para garantir apoio dos deputados; 3) mobilização popular: manifestações reunindo os servidores públicos de todo o país em atos conjuntos; e 4) campanhas veiculadas na mídia: intenção é informar e alertar a sociedade do que se trata a MP.

Floriano Sá Neto alertou para o momento de unidade e mobilização para o enfrentamento conjunto dessa MP: “Precisamos chamar os colegas de todo o país para fortalecer a nossa mobilização. Nossa luta deve ser diuturna. Temos que agir para que a medida não avance no Congresso Nacional. O governo ilude a opinião pública com propaganda mentirosa, colocando a culpa de todas as mazelas da crise econômica nos servidores públicos”.

ANFIP defende mobilização para derrubar MP



O presidente Floriano Sá Neto participou em 20/11 de audiência pública, no Senado Federal, sobre a MP 805/17. Em seu pronunciamento, lamentou os ataques sofridos pelos servidores e alertou que ainda existem outras propostas do governo que ameaçam ou retiram direitos das carreiras. “Temos uma responsabilidade muito grande nesse momento em que os nossos direitos estão em risco paulatinamente. Precisamos de uma grande mobilização conjunta contra essas medidas”, ressaltou o presidente.

A retirada de recursos da Seguridade Social e o congelamento do gasto público primário também foram criticados pelo dirigente. “Alguns retrocessos do ‘pacote de maldades do governo’ já foram aprovados, como o novo regime fiscal, validado pela EC 95/2016 (teto dos gastos); a DRU, que ampliou para 30% as desvinculações das receitas previdenciárias; além da alteração da legislação trabalhista da terceirização irrestrita, que aponta para a extinção do serviço público”, explicou Floriano.

Emendas garantem subsídio e paridade

A pedido da ANFIP, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) apresentou, no início de novembro, as Emendas de nº 15 e 16 ao texto da MP 805/2017, para garantir a paridade do pagamento do Bônus de Eficiência e produtividade aos servidores ativos em início de carreira, aos aposentados e pensionistas, e ainda a volta do subsídio.

Ato em defesa do funcionalismo público

A ANFIP participou, em 28/11, do ato contra a reforma da Previdência, que reuniu centenas de pessoas em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados. O presidente Floriano Sá Neto fez um discurso em defesa dos servidores públicos. “Vai votar o absurdo dessa reforma? Então não vai voltar mais em 2018 para a Câmara”, enfatizou. Já vice-presidente Ilva Franca (Assuntos Parlamentares) afirmou que “essa emenda aglutinativa representa um grande prejuízo para os trabalhadores”.

“A Previdência social que queremos”

O presidente Floriano Sá Neto, e a presidente da Fundação ANFIP, Maria Inez Maranhão, participaram, em 23/11, da audiência pública “A Previdência Social que queremos”, promovida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, no Senado Federal. Na oportunidade, os dirigentes criticaram a campanha do governo sobre a reforma. Para a ANFIP, é importante informar a sociedade que esses argumentos são mentirosos.

Premiações da RFB

Aconteceu em 17/11, a solenidade de premiação dos vencedores do 8ª Edição do concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil e do 16º Prêmio de Criatividade e Inovação. A vice-presidente Eucélia Mergár (Assuntos Jurídicos) e Valdenice Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário), além da presidente da AFIP-DF, Maria José de Paula Moraes, acompanharam o evento.

Ciclo de debates aborda gravidade da reforma



A privatização da Previdência pública como um dos principais objetivos da reforma da Previdência foi consenso entre os participantes do ciclo de debates sobre a PEC 287/16, promovido pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em 28/11, sob presidência da deputada Érika Kokay (PT/DF).

O vice-presidente Décio Lopes (Assuntos da Seguridade Social) afirmou que a ANFIP, em 2015, já dizia em seus pronunciamentos que a primeira reforma necessária seria aquela que otimizasse a arrecadação. “A partir do momento em que se otimizasse a arrecadação, poderia se discutir a necessidade da reforma”, afirmou, ao lamentar a proposta apresentada, acabando com direitos dos

trabalhadores.

Décio Lopes criticou os termos da emenda aglutinativa, em que os servidores públicos são fortemente penalizados e atacados. O vice-presidente fez um importante alerta quanto às emendas constitucionais e leis que estabeleceram reformas ao longo dos últimos anos (EC 20/98, EC 41/2003, Lei 12.618). Para ele, o objetivo principal da reforma é abrir a Previdência para o mercado financeiro. “Evidentemente que comprar um plano de previdência no mercado não tem a mesma característica de um benefício previdenciário. Lá, só parte do resultado vai para o segurado; a outra parte vai para o lucro da entidade das instituições”, alertou.

Frente Parlamentar contra legalização dos jogos de azar



A vice-presidente Ilva Franca (Assuntos Parlamentares) manifestou, durante lançamento da Frente Parlamentar Mista por um Brasil sem Jogos de Azar, ocorrida em 9/11, total apoio da Entidade às ações que visem impedir que os projetos de lei sobre o assunto, em tramitação nas duas Casas do Legislativo, sejam aprovados.

A Frente é uma iniciativa do deputado

Roberto de Lucena (PV/SP), junto a 209 deputados federais e 8 senadores, além de entidades da sociedade civil organizada. Na oportunidade, Ilva Franca ressaltou que o Estado, seja por meio da Receita Federal do Brasil ou da Polícia Federal, não tem aparelhamento suficiente para monitorar as atividades decorrentes da legalização dos jogos.

Número telefônico para assuntos jurídicos

A ANFIP, no intuito de aprimorar a comunicação com seus associados, está modernizando o sistema telefônico a fim de oferecer atendimento mais eficaz a todos aqueles que entram em contato com a Entidade. Diante disso, informamos que, no período de transição, o atendimento telefônico pelo Setor Jurídico será feito, exclusivamente, pelo número 3004 9197.

Campanha nas redes sociais

Juntamente com o vídeo com o resultado da CPI da Previdência, que já tem mais de 75 mil visualizações, a ANFIP lançou duas campanhas nas redes sociais, uma relata os impactos da reforma da Previdência para os servidores e outra revela como o orçamento da Seguridade Social é penalizado com renúncias, desonerações, desvinculações. Acesse no facebook (ANFIP Nacional), twitter (@anfipnacional) e youtube (TV ANFIP). Confira, comente, compartilhe!!!

ANFIP compõe direção do Dieese

Em Assembleia Geral realizada em 23/11, os associados do Dieese renovaram um terço da Diretoria Regional no Distrito Federal, com mandato entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2021. A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Romero, se candidatou a uma das vagas, tendo sido eleita por unanimidade para integrar o órgão de assessoria socioeconômica às entidades sindicais.

Combate à Corrupção Eleitoral

O presidente Floriano Sá Neto recebeu, em 23/11, os diretores da Secretaria Executiva do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Carlos Alves Moura e Miguel Ângelo Lara, que agradeceram a participação da Entidade no Movimento. O movimento foi protagonista em importantes mudanças na legislação eleitoral brasileira, como a Lei da Ficha Limpa (LC 135/10).

ANFIP promove seminário sobre a Funpresp



As cidades do Rio de Janeiro e de Brasília sediaram, em 13/11 e 27/11, respectivamente, o seminário regional “A Funpresp e a sua Aposentadoria”. Promovido pela ANFIP, em parceria com o Sindireceita e o Sinprofaz, o evento reuniu servidores interessados em obter informações detalhadas da previdência complementar gerida pela Funpresp (Fundação de Previdência Complementar dos Servidores). O assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Romero, mediador dos debates, explica que outros encontros devem ocorrer até o fim do próximo ano em todas as Superintendências e Regiões Fiscais do Ministério da Fazenda.

O diretor-presidente da Funpresp, Ricardo Pena, o diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar),

Sérgio Taniguchi, e o presidente do Conselho Fiscal da Funpresp, José Márcio Costa, foram os palestrantes dos eventos.

Legalidade - Ricardo Pena apresentou os aspectos legais da Previdência Social, que engloba o Regime Geral (RGPS), o Regime Próprio (RPPS) e o Regime Complementar, onde se enquadra a Funpresp. O plano é de contribuição definida e o valor do benefício é ajustado ao saldo da conta, em que entram variáveis como tempo e rentabilidade. Segundo Pena, todos os servidores ativos podem migrar de regime. São aqueles que estão contribuindo com 11% sobre a remuneração total e passarão a contribuir com 11% sobre o teto do RGPS e, para a previdência complementar, contribuem sobre o que exceder esse valor.

Fiscalização - A Previc é o órgão

responsável pela fiscalização do fundo. Sérgio Taniguchi destacou que, do ponto de vista do órgão de supervisão, é importante que as próprias entidades se preocupem com seu modelo de governança. Segundo explicou, a Previc criou uma área de inteligência, voltada para o processamento dos dados recebidos. “A área veio para identificar situações de risco para que a atuação possa ser mais rápida”, declarou. Para ele, quanto antes a supervisão chegar ao desvio de comportamento, melhor.

Participação - O presidente do Conselho Fiscal, Márcio Costa, explicou a estrutura da Funpresp e a participação ativa de servidores públicos e falou das atribuições do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. “Equipe altamente qualificada”, destacou.

GAT

Associado, tire suas dúvidas

Está disponível na página da ANFIP na internet uma cartilha com as perguntas e respostas elaboradas para tirar as dúvidas dos associados quanto à ação de execução da GAT (Gratificação de Atividade Tributária).

Ressalta-se que a execução da GAT somente ocorre se o Auditor Fiscal ativo, aposentado ou pensionista der procuração para um advogado. Nenhuma

entidade (seja sindicato ou associação) pode ajuizar ação individual ou coletiva de execução da sentença transitada em julgado. A ANFIP não está executando. Somente sugere a seus associados uma banca de advogados.

Legitimidade - Em obediência à transparência e publicidade dos atos, a ANFIP divulgou o parecer do advogado Inocêncio Mártires Coelho que confirma

a legitimidade dos Auditores Fiscais em pleitear o cumprimento da sentença do processo de execução da GAT.

Qualquer dúvida, entre em contato com o juridico@anfip.org.br ou diretamente com o escritório de advocacia Aline Melo Franco & Advogados Associados, pelos telefones (61) 3226-0141/ 3226-5167 ou pelo e-mail (aline@alinemelofranco.adv.br).

G DAT

Comunicado do Jurídico do ANFIP

Diante de algumas dúvidas suscitadas por associados em face do recebimento do Ofício nº 22/VPAJ-2017, de 25 de outubro de 2017, que trata da Requisição de Pagamento do processo referente à G DAT (Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária), a ANFIP esclarece que o envio da Procuração e do Contrato

para a advogada, conforme citado no documento, é somente para os casos em que, em decorrência do falecimento do beneficiário, o pensionista ou o herdeiro precise se habilitar para o recebimento dos valores do precatório.

Por outro lado, se o titular da Requisição de Pagamento estiver

vivo (aposentado ou pensionista), não será necessária a constituição de advogado. A ANFIP esclarece que a cópia da Requisição de Pagamento foi enviada apenas para o conhecimento do valor do precatório e para fins de declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IPRF).

No seu Estado

RN: XI Encontro do Nordeste

Um grande sucesso! Assim ficou definido o XI Encontro do Nordeste dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que aconteceu em 14/11, em Natal. O evento foi uma

iniciativa das Estaduais da ANFIP na Região Nordeste, com apoio da ANFIP, para debater assuntos técnicos relacionados às atividades específicas do Auditor.

MT: Confraternização com associados

A Estadual do Mato Grosso (ANFIP-MT) realizou em 24/11 confraternização de fim de ano com os associados. O vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro, Carlos José de

Castro, participou da comemoração, juntamente com Benedito Cerqueira Seba, representante da ANFIP-MT, que saudou todos os associados presentes e seus familiares.

RJ: Medalha Noé Winkler

Os Auditores Fiscais, associados da ANFIP, Denise Esteves Fernandez, superintendente da 7ª RF, e Luiz Gustavo Vinhas Gualberto da Rosa, ambos do Rio de Janeiro,

foram agraciados em 22/11 com a Medalha Noé Winkler da RFB. A vice-presidente Leila Signorelli (Comunicação Social) acompanhou a cerimônia.

SC: Congresso de defensores públicos

O vice-presidente da Acafip, Estadual da ANFIP em Santa Catarina, Floriano José Martins, participou em 15/11 da abertura do XIII Congresso Nacional dos Defensores

Públicos, em Florianópolis/SC. O evento analisou as competências institucionais da classe e o papel do defensor público, bem como as demandas da sociedade.

PB: Audiência pública debate Previdência

O vice-presidente José Avelino (Aposentadorias e Pensões) foi um dos palestrantes da audiência pública realizada em 20/11, na Câmara Municipal de Campina Grande (PB),

para debater a reforma da Previdência, oportunidade em que explicou os regimes previdenciários e falou do superávit médio do sistema previdenciário nos últimos anos.

RS: Desigualdade social aumentou no Brasil

O vice-presidente Cesar Machado (Assuntos Tributários) e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Romero, participaram em 20/11 do debate “Tributação e Desigualdade no Século XXI: o caso brasileiro”,

realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O evento reuniu dois de seus autores, o Auditor Fiscal, associado da ANFIP, Marcelo Lettieri, e Sérgio Gobetti, economista do Ipea.

ES: Agenda de eventos em Vitória

Os vice-presidentes Vanderley Maçaneiro (Assuntos Fiscais) e Eucélia Mergár (Assuntos Jurídicos) participaram, em 9/11, de atividades organizadas pela Estadual no Espírito Santo (ANFIP/ES), em parceria com a DRF de Vitória. Primeiramente, os dirigentes estiveram com Auditores Fiscais que atuam em

Regime Próprio. Em seguida, Maçaneiro proferiu palestra sobre Previdência do servidor público, Funpresp e reforma da Previdência. Ao mesmo tempo, na sede da ANFIP/ES, Eucélia Mergár, juntamente com a associada Mísma Rosa Suhett, apresentou informações sobre as ações judiciais.

ANFIP reúne associados de SP e MG



O presidente Floriano Sá Neto reuniu-se em 24/11 com associados e Auditores Fiscais na DS Ribeirão Preto (SP) para debater temas importantes para a carreira. Participaram da reunião também a advogada Aline Melo Franco e o presidente da DS Ribeirão, Paulo Roberto Torres.

No evento, foram apresentados esclarecimentos sobre as ações judiciais patrocinadas pela Associação, em especial a ação de execução da GAT e também da GDAT. O presidente ainda falou sobre a MP 805/2017, sobre a regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade e do relatório aprovado da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, que teve a assessoria da ANFIP. A reforma da Previdênciatambém foi tema da reunião.



MG: A ANFIP também esteve com os associados de Minas Gerais, em 6/11, em reunião realizada juntamente com a ANFIP-MG, para prestar esclarecimentos quanto as ações em andamento na Entidade. A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ana Lúcia Guimarães Silva, participou do encontro.

O evento contou com a participação de quase 200 pessoas, entre Auditores Fiscais ativos, aposentados, pensionistas e seus representantes e herdeiros. Além do presidente da ANFIP, fizeram pronunciamentos os vice-presidentes Eucélia Mergár (Assuntos Jurídicos), Ilva Franca (Assuntos Parlamentares), Décio Lopes (Seguridade Social), o vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP-MG, Lázaro Idino Bagliano, e a advogada Aline Melo Franco.

Entidade apoia associados na defesa junto ao TCU

A ANFIP recebeu, em 24/11, informações de que mais associados continuam sendo questionados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do recebimento do Bônus de Eficiência no momento da aposentadoria. O TCU justifica que a situação está em “desacordo com a jurisprudência do Tribunal, em razão da não incidência de contribuição previdenciária sobre o respectivo valor”.

Conforme já informado, os associados que vierem a receber ofício do órgão solicitando “esclarecimentos que entender necessários” quanto ao recebimento do bônus devem, imediatamente, contatar a ANFIP, relatando o caso e enviando cópia do documento para a Entidade. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip/TCU) concede um prazo de 15 dias

para o encaminhamento das justificativas, período que deve ser cumprido impreterivelmente, sob pena de o direito à ampla defesa e ao contraditório não poder ser exercido, posteriormente, no processo.

Em 22/11, a Entidade acompanhou o protocolo da primeira Manifestação referente ao assunto. Paralelamente, a Associação está fazendo um trabalho preventivo no levantamento de todos os processos de aposentadorias e pensões pendentes de homologação no Tribunal.

A ANFIP reitera sua posição em defesa dos associados, buscando as medidas cabíveis para garantir a proteção de seus direitos, e se mantém firme na atuação perante o órgão. O Setor Jurídico da ANFIP está à disposição para auxiliar os associados no que for necessário: juridico@anfip.org.br e 3004 9197.

ANFIP discute fundos de pensão

O vice-presidente Cesar Machado (Assuntos Tributários) participou, em 10/11, da mesa de debates do XIV Seminário de Participantes de Fundos de Pensão sobre as “Perspectivas da Previdência Social Pública e a Proteção Social”. O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), na Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS).

Cesar Roxo explicou a importância da Seguridade Social e demonstrou com números que esse sistema tem sido superavitário desde sua criação, apesar das más administrações dos seus recursos. “O governo, assim como fizeram os anteriores, insiste em distorcer a realidade

para alardear que a Seguridade Social é deficitária, utilizando, basicamente, duas premissas falsas: uma política equivocada do próprio governo, que abre mão de receitas, e da prática em aumentar imensamente as despesas da Seguridade Social, incluindo valores que deveriam constar no orçamento fiscal, como despesas com pagamento de aposentadorias e pensões de servidores e militares”, alertou.

O trabalho da ANFIP, segundo relatou o dirigente, foi fundamental para barrar, pelo menos por enquanto, as pretensões do governo em reformar a Previdência brasileira. Mas, é preciso ainda que todos permaneçam atentos, pois um produto foi vendido e os compradores exigem que ele seja entregue.

Fundação ANFIP elege novos dirigentes



Foram eleitos em 9/11 os novos integrantes dos cargos titulares e suplentes da Diretoria Executiva e dos Conselhos Curador e Fiscal da Fundação ANFIP de Estudos Tributários e da Seguridade

Social. A nova gestão exercerá o mandato de dois anos, com início no dia 2 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2019. Confira na página da Fundação a lista dos eleitos.

Engajamento contra PEC 287/16



“É preciso engajamento junto à sociedade e o trabalho organizado das lideranças do serviço público para mostrar o nosso papel social na busca de justiça na discussão da reforma da Previdência.” Essa foi a orientação da vice-presidente Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva) durante palestra, em 6/11, na Câmara Municipal de São Paulo (SP), sobre a PEC 287/16. O evento foi uma iniciativa do Movimento Acorda Sociedade (MAS).

Sandra Miranda lembrou que em todos os debates sobre a proposta de reforma da Previdência a ANFIP se fez presente. “Estivemos em todas as regiões do país e no Congresso Nacional”, disse.

Reunião com subsecretário da RFB



O presidente Floriano Sá Neto e os vice-presidentes Cesar Machado (Assuntos Tributários) e Vanderley Maçaneiro (Assuntos Fiscais) estiveram, em 7/11, com o subsecretário de Gestão Corporativa da RFB, Marcelo de Melo Souza. Os dirigentes apresentaram o projeto de seminários da Funresp, já realizado no Rio de Janeiro e em Brasília. “A ANFIP considera extremamente importante esclarecer os colegas do Ministério da Fazenda sobre as diversas hipóteses envolvendo a aposentadoria dos servidores”, disse Cesar Roxo.



Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

www.anfip.org.br

SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP
Brasília / DF - CEP: 70040-907

Telefones: (61) 3251-8100 | Gratuito: 0800 701-6167
Email: info@anfip.org.br